Publicação de acórdãos

Reproduzimos, a seguir, os mais recentes acórdãos das decisões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE.

Averiguação Preliminar nº 08000.000178/90

Relator: Conselheiro Leônidas Rangel Xausa
Representante: Revalino Vieira da Cunha
Representada: Golden Cross Internacional de Saúde
Advogado: Dr. Oldeney de Carvalho

EMENTA: Averiguação Preliminar. Conflito em relação contratual estabelecida entre as partes — Incabível a apreciação da matéria pelo CADE — Arquivamento do processo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos e das notas eletrônicas, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, por unanimidade, conhecer o recurso de ofício, negar-lhe provimento e manter o arquivamento da Averiguação Preliminar. Participaram do julgamento o Senhor Presidente em exercício Leônidas Rangel Xausa e os Senhores Conselheiros Antonio Carlos Fonseca da Silva, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Silva, Paulo Dyrceu Pinheiro e Arthur Barrionuevo Filho. Ausente, justificadamente, o Presidente Gesner José de Oliveira Filho, presente a Procuradora-Geral do CADE, Marusa Vasconcelos Freire.

Brasília, 1º de outubro de 1997 (data do julgamento).

Processo Administrativo nº 08000.002132/95-31

Relator: Conselheiro Leônidas Rangel Xausa
Representante: Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados — ASCADE
Advogados: Dr. Fabiano de Cristo Cabral Rodrigues e outros
Representada: Golden Cross Internacional de Saúde
Advogados: Dr. João Rocha Martins e outros

EMENTA: Processo Administrativo. Conflito em relação contratual estabelecida entre as partes — Incabível a apreciação da matéria pelo CADE — Arquivamento do processo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos e das notas eletrônicas, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, por maioria, conhecer o recurso de ofício, negar-lhe provimento determinando o arquivamento do Processo, reconhecendo a preliminar de Prescrição. Vencidos nas Razões os Conselheiros Leônidas Rangel Xausa e Arthur Barrionuevo Filho, que determinaram o arquivamento do feito fundados em perda do objeto. Participaram do julgamento o Senhor Presidente em exercício Leônidas Rangel Xausa e os Senhores Conselheiros Antonio Carlos Fonseca da Silva, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Silva, Paulo Dyrceu Pinheiro e Arthur Barrionuevo Filho. Ausente, justificadamente, o Presidente Gesner José de Oliveira Filho, presente a Procuradora-Geral do CADE, Marusa Vasconcelos Freire.

Brasília, 1º de outubro de 1997 (data do julgamento).

Averiguação Preliminar nº 178/90

Relator: Conselheiro Leônidas Rangel Xausa
Representante: Revalino Vieira da Cunha
Representada: Golden Cross Assistência Internacional de Saúde S/C
Advogado: Dr. Oldeney de Carvalho

EMENTA: Averiguação Preliminar — Planos de Assistência à Saúde — Aumento Excessivo ou Injustificado de

Preço — Prescrição Intercorrente. Lei nº 8.884/94, artigos 28 e 21-XXIV.

1. Procedimento investigatório iniciado em agosto de 1988 com a notificação da representada. Paralisação processual em 4 de novembro de 1991 (f.582), na Secretaria de Direito Econômico — SDE/MF. Retomada da investigação em 30 de dezembro de 1996 (f. 586). Caso de prescrição quinquenal intercorrente, nos termos do art. 28, § 1º, da Lei nº 8.884/94. 2. Os processos de conduta estabelecem uma relação linear, vertical e de subordinação entre o administrado ou representado e o Estado, que ao mesmo tempo exerce o *dominus litis* e resolve o contencioso. Por isso o Estado, pela atuação da SDE e CADE, é o responsável pela paralisação do procedimento, mesmo na situação em que o representado deixa de responder a uma diligência e a autoridade que dirige a investigação queda inerte. 3. Confirmação do arquivamento do processo com base na prescrição.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, na conformidade dos votos e das notas eletrônicas, o Plenário do CADE acorda, por maioria, negar provimento ao recurso de ofício para confirmar o arquivamento com base na prescrição, vencido o Relator e o Conselheiro Arthur Barrionuevo Filho, que não a reconheciam, embora também admitissem o arquivamento por falta de prova e perda do objeto em face da alongada instrução. Acompanharam o voto vencedor do Conselheiro Antonio Fonseca os Conselheiros Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Silva e Paulo Dyrceu Pinheiro, presentes estes e os Conselheiros vencidos. Ausente, justificadamente, o Presidente do CADE.

Brasília, 1º de outubro de 1997 (data do julgamento).

Recurso de Ofício na Representação nº165/92

Relator: Conselheiro Antonio Fonseca
Representante: Tuti Suprimentos de Reprografia Ltda.
Advogado: Dr. Francisco Carlos Caroba
Representada: Xerox do Brasil S/A
Advogados: Dr. Pimenta da Veiga
Dra. Vanderli Teles da Costa Pereira

EMENTA: Licitação Casada — Locação de Equipamentos de Reprografia, Inclusive Assistência Técnica, mais Fornecimento do Necessário Material de Consumo Exce-

to Papel. Lei nº 8.884/94, artigos 20 e 21-V. Prescrição — Competência. 1. Representação formalizada em setembro de 1992, embora a SDE/MJ tenha resolvido investigar, com a notificação da representada, somente em maio de 1994. Não ocorrência da prescrição intercorrente quinquenal, que configuraria a incapacidade contingencial de o Estado atuar e, sendo o caso, punir. 2. A Administração Pública pode contribuir para uma prática anticoncorrencial que se qualifica como ato de comércio, a exemplo de conluio envolvendo servidores públicos para beneficiar agentes privados participantes de licitações administrativas, com possibilidade de o resultado afetar as condições de mercado ou concorrenciais. Hipótese em que o CADE pode atuar, no âmbito da sua competência prevista na Lei nº 8.884/94, independentemente de a licitação ter sido julgada boa pelo Poder Judiciário ou pela Corte de Contas. 3. Em princípio, o favorecimento ou facilitação sistemática a uma empresa ou grupo de empresas, com domínio de mercado individual ou coletivo, *ex vi* licitações administrativas, poderá gerar efeitos adversos à concorrência do tipo previsto no inciso V do art. 21 da Lei nº 8.884/94. A licitação casada, adotada pelo edital de licitação, pode constituir meio de favorecimento. A critério da Administração, a licitação pode envolver mais de um objeto relacionados entre si desde que demonstrada alguma eficiência do fornecimento casado de bens ou serviços. A exclusividade, mesmo reconhecida por lei, não legitima necessariamente o fornecimento casado. 4. A imputação consistente, no caso, em criar dificuldade ao desenvolvimento de empresa concorrente, fornecedora de produtos utilizados nas máquinas reprográficas, tais como, cilindros, toners, reveladores e removedores, não restou comprovada. No entanto, tendo em vista o domínio de mercado da representada e a aparente ausência de eficiência na licitação casada em apreço, rencomenda-se às autoridades revisão dos procedimentos licitatórios.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, na conformidade dos votos e das notas eletrônicas, o Plenário do CADE acorda, por unanimidade, negar provimento ao recurso de ofício para confirmar o arquivamento. Deliberou-se,

ainda, a remessa de cópia do acórdão completo ao Ministério da Administração e Reforma do Estado-MARE, TCU e INPI. Além do Relator, participaram do julgamento os Conselheiros Leônidas Rangel Xausa, que presidiu a sessão, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Silva, Paulo Dyrceu Pinheiro e Arthur Barrionuevo Filho. Ausente, justificadamente, o Presidente.

Brasília, 1º de outubro de 1997 (data do julgamento).

Representação nº 140/93

Relator: Conselheiro Antonio Fonseca
Representante: Apu-Ar — Associação dos Profissionais de Araucária
Representadas: Ultrafértil S/A — Fertilizantes Fosfatados S/A e Fertifós — Administração e Participação S/A (Consórcio Fertilfós)

EMENTA: Privatização da Ultrafértil. Lei nº 8.031/90, art. 1º — Decreto nº 1.204/94, art. 48. Alegação de cartel referente à produção e distribuição de fertilizantes. 1. Questões já apreciadas pelo CADE no Processo Administrativo nº 08000.016384/94-11 e Ato de Concentração nº 02/94. 2. Representação que se julga prejudicada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, na conformidade dos votos e das notas eletrônicas, o Plenário do CADE acorda, por unanimidade, julgar prejudicada a representação para confirmar o arquivamento dos autos. Além do Relator, participaram do julgamento os Conselheiros Leônidas Rangel Xausa que presidiu a sessão, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Silva, Paulo Dyrceu Pinheiro e Arthur Barrionuevo Filho. Ausente, justificadamente, o Presidente.

Brasília, 1º de outubro de 1997 (data do julgamento).

Termo de Compromisso de Cessação de Prática no P. A. Nº 08000-15339/97-73

Relator: Conselheiro Antonio Fonseca
Compromissária: Hoechst Marion Roussel S/A
Advogados: Dr. Antonio Carlos Gonçalves

Dr. Leonardo Peres da Rocha e Silva

Tomador:

Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça

EMENTA: Compromisso de Cessação de Prática.— Medicamentos: Imputação de Aumentos Excessivos ou Injustificados de Preços de Fábrica, — Lei nº 8.884, artigos 21-XXIV e 53, § 2º. Barganha Social — Aditamento do Período de Vigência do Compromisso.

1. O compromisso expressa uma barganha de direito público, em termos de relação sinalagmática de custos e benefícios adequadamente equacionada. Essa equação não se realizará se o compromisso limitar-se meramente à observância de um certo teto ou tabela de preços num dado período de tempo sem outras medidas paralelas corretivas. Inteligência do art. 53, § 2º, da Lei nº 8.884/94. 2. No caso, os órgãos do Ministério da Fazenda (SEAE) e Ministério da Justiça (SDE), inspirados na boa prática da advocacia da concorrência, apontam um conjunto de medidas, em desenvolvimento com a participação das autoridades do Ministério da Saúde, com o escopo de reduzir as falhas de mercado no setor e em obséquio à supremacia do interesse público ou da coletividade. 3. Aprovação do compromisso com ampliação do período de vigência, alterada para 1º de agosto de 1997 a 31 de março de 1998.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, na conformidade dos votos e das notas eletrônicas, o Plenário do CADE acorda, por unanimidade, referendar o Termo de Compromisso de Cessação, com aditamento, nos termos do voto do Relator. Determinou-se a devolução dos autos à SDE/MJ para as providências de direito. Além do Relator, participaram do julgamento os Conselheiros Leônidas Rangel Xausa, que presidiu a sessão, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Silva, Paulo Dyrceu Pinheiro e Arthur Barrionuevo Filho. Ausente, justificadamente, o Presidente do CADE.

Brasília, 29 outubro de 1997 (data do julgamento).

Ato de Concentração nº 123/97

Relator: Conselheiro Antonio Fonseca
Requerentes: Danka do Brasil Ltda. e Kodak Brasileira Comércio e Indústria Ltda.
Advogados: Dr. José Martins Pinheiro Neto
Dr. Antônio Carlos Gonçalves e outros

EMENTA: Ato de Concentração. Simples Compra e Venda de Ativos. Sentido Jurídico de Faturamento e “Qualquer Participante.” Inteligência do art. 54, § 3º e art. 20, § 3º, da Lei nº 8.884/94. Contagem do Prazo do § 4º, art. 54 da Lei nº 8.884. Votos Vogais Imotivados. 1. A noção de faturamento, para efeito de preencher o requisito do conhecimento, está associada à de concentração de capital no sentido amplo de riqueza ou recurso aplicável à atividade produtiva e capaz de gerar rendimentos. A expressão “qualquer participante” empregada no § 3º, do art. 54 corresponde à empresa ou grupo de empresas que, pela natureza da operação, contribui para ajuntamento ou soma de capital. Daí, numa operação onde os agentes não contribuem para concentrar ou juntar capital (soma ou sinergia de recursos) o faturamento é neutro, i.é., desprezível como requisito de conhecimento. Não se conhece da simples operação de compra e venda de ativos ou negócio correspondente à participação de 1% de mercado, caso em que, como na hipótese de mera reorganização societária no interior de um único grupo de empresas, é desprezado o faturamento igual ou superior a 400 milhões de reais dos participantes da operação. Tese não adotada pelo Plenário que conheceu do ato de concentração para aprová-lo por ausência de risco à concorrência. 2. O prazo de 15 dias úteis para apresentação do requerimento, contado da efetiva realização do negócio e independentemente da formalização deste, não corre nas “férias coletivas” do mês de janeiro.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, na conformidade do voto do Relator e das notas eletrônicas, o Plenário do CADE, em preliminar, acorda, por maioria, conhecer do requerimento, vencido o Relator que dele não conhecia. No mérito, o Plenário, por unanimidade, aprova a operação sem condições. Ainda por maioria, o Plenário afasta a alegação de intempestividade do requerimento, vencidos o Relator e o Conselheiro Renault de Freitas Castro. Além do Presidente e do Relator, participaram do julgamento os Conselheiros Leônidas Rangel Xausa, Renault de Freitas Castro e Arthur Barrionuevo Filho. Ausentes por motivos justificados os Conselheiros Lucia Helena Salgado e Silva e Paulo Dyrceu Pinheiro.

Brasília, 30 de julho de 1997 (data do julgamento).

Representação nº 072/93

- Relator:** Conselheiro Renault de Freitas Castro
Representante: Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica — ABINEE
Representadas: Empresa National Olímpia Comércio, Importação e Exportação Ltda.
Advogado: Dr. José Roberto Cazeri

EMENTA: Recurso de ofício em Representação. Suposta prática de *dumping*. Infração tipificada no art. 91 da Lei nº 8.884/94. Reconhecimento do Recurso de Ofício para negar-lhe provimento e manter a decisão de arquivamento da Representação

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos e das notas eletrônicas, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, por unanimidade, negar provimento ao recurso de ofício para manter a decisão de arquivamento. Participaram do julgamento o Senhor Presidente em exercício Leônidas Rangel Xausa e os Senhores Conselheiros Antonio Carlos Fonseca da Silva, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Silva, Paulo Dyrceu Pinheiro e Arthur Barriounuevo Filho. Ausente, justificadamente, o Presidente Gesner José de Oliveira Filho, presente a Procuradora-Geral do CADE, Marusa Vasconcelos Freire.

Brasília, 1º de outubro de 1997 (data do julgamento).

Representação nº 96/93

- Relator:** Conselheiro Renault de Freitas Castro
Representante: Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica — ABINEE
Representada: Empresa Nelima Eletrônica Ltda.
Advogados: Dr. José Roberto Cazeri
Dr. Carlos Alberto de Oliveira Cavalcanti

EMENTA: Representação. Suposta prática de *dumping*. País exportador signatário do GATT. Infração tipificada no artigo 91 da Lei nº 8.884/94. Mantido o arquivamento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos e das notas eletrônicas, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, por unanimidade, negar provimento ao recurso de ofício mantendo o arquivamento da Representação. Participaram do julgamento o Senhor Presidente Gesner Oliveira e os Senhores Conselheiros Antonio Carlos Fonseca da Silva, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado Silva, Paulo Dyrceu Pinheiro e Arthur Barrionuevo Filho. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Leônidas Rangel Xausa, presente a Procuradora-Geral do CADE, Marusa Vasconcelos Freire.

Brasília, 27 de agosto de 1997 (data do julgamento).

Processo Administrativo nº 08000.011634/94-07

Relator: Conselheira Lucia Helena Salgado e Silva
Representante: Comissão do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados
Advogado: Não consta nos autos
Representada: Kibon S.A. e Ind. Alimentícias Gerais S/A
Advogados: Dr. José Del Chiaro Ferreira da Rosa
Dr. Luiz Fernando Shuartz e outros

EMENTA: Processo Administrativo. Abuso de poder econômico. Lançamento de produto novo por preço inferior a produto similar fabricado pela mesma empresa. Estratégia nacional de busca de lucro no mercado. Ausência de indícios de dano à concorrência. Inexistência de conduta ilícita. Manutenção da decisão recorrida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos e das notas eletrônicas, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, por unanimidade, negar provimento ao recurso de ofício determinando o arquivamento do Processo Administrativo. Participaram do julgamento o Senhor Presidente Gesner Oliveira e os Senhores Conselheiros Antonio Carlos Fonseca da Silva, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado Silva, Paulo Dyrceu Pinheiro e Arthur Barrionuevo

Filho. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Leônidas Rangel Xausa, presente a Procuradora-Geral do CADE, Marusa Vasconcelos Freire.

Brasília, 5 de novembro de 1997 (data do julgamento).

Recurso de Ofício na Averiguação Preliminar nº 08000.008364/95-39

Relator: Conselheira Lucia Helena Salgado e Silva
Representante: Pensamento Nacional das Bases Empresariais
Advogado: Dr. Samuel Dowell de Figueiredo
Representada: Prosint Produtos Sintéticos S/A
Advogados: Dr. José Del Chiaro Ferreira da Rosa
Dr. Luiz Fernando Shuartz e outros

EMENTA: Averiguação Preliminar. Aumento abusivo de preços. Metanol, matéria-prima do Formol. Ausência de infração à Legislação de Defesa da Concorrência. Arquivamento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos e das notas eletrônicas, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, por unanimidade, negar provimento ao recurso de ofício determinando o arquivamento da Averiguação Preliminar. Participaram do julgamento o Senhor Presidente Gesner Oliveira e os Senhores Conselheiros Antonio Carlos Fonseca da Silva, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado Silva, Paulo Dyrceu Pinheiro e Arthur Barrionuevo Filho. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Leônidas Rangel Xausa, presente a Procuradora-Geral do CADE, Marusa Vasconcelos Freire.

Brasília, 5 de novembro de 1997 (data do julgamento).

Averiguação Preliminar nº 08000.016012/94-76

Relator: Conselheiro Arthur Barrionuevo Filho
Representante: Agência Siciliano de Livros Jornais e Revistas Ltda.
Advogada: Dra. Rosa Maria Motta Brochado
Representadas: Livraria Laselva Ltda. e Infraero
Advogados: Dr. Luiz Noboru Sakaue
Dra. Lindemberg da Mota Silveira

EMENTA: Averiguação Preliminar. Licitação. Ausência de poder de mercado. Inexistência de infração à ordem econômica. Arquivamento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos e das notas eletrônicas, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, por unanimidade, negar provimento ao recurso de ofício para manter o arquivamento da Averiguação Preliminar. Participaram do julgamento o Senhor Presidente em exercício Leônidas Rangel Xausa e os Senhores Conselheiros Antonio Carlos Fonseca da Silva, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Silva, Paulo Dyrceu Pinheiro e Arthur Barrionuevo Filho. Ausente, justificadamente, o Presidente Gesner José de Oliveira Filho, presente a Procuradora-Geral do CADE, Marusa Vasconcelos Freire.

Brasília, 1º de outubro de 1997 (data do julgamento).

Averiguação Preliminar nº 08000.019804/94-11

Relator: Conselheiro Paulo Dyrceu Pinheiro
Representante: DNPDE, *ex officio*
Representado: Laboratório Novo Nordisk S/A
Advogado: Não consta nos autos

EMENTA: Averiguação Preliminar. Aumento abusivo de preço de medicamento. Conduta não comprovada. Ausência de abuso. Mantido o arquivamento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos e das notas eletrônicas, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, por unanimidade, negar provimento ao recurso de ofício mantendo o arquivamento da Averiguação Preliminar. Participaram do julgamento o Senhor Presidente em exercício Leônidas Rangel Xausa e os Senhores Conselheiros Antonio Carlos Fonseca da Silva, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Silva, Paulo Dyrceu Pinheiro e Arthur Barrionuevo Filho. Ausente, justificadamente, o Presidente Gesner José de Oliveira Filho, presente a Procuradora-Geral do CADE, Marusa Vasconcelos Freire.

Brasília, 1º de outubro de 1997 (data do julgamento).

Processo Administrativo nº 08000.000124/95-31.

Relator: Conselheiro Paulo Dyrceu Pinheiro
Representante: Departamento de Abastecimento e Preços — DAP da Secretaria Nacional de Economia — SNE do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento — MEFP
Representado: Smithkline Beecham Laboratórios Ltda.
Advogado: Dr. Túlio Freitas do Egito Coelho

EMENTA: Processo Administrativo excessivo sob artifício de novas representações. Vigência da Lei nº 8.158/91. Conhecimento do Recurso de Ofício para negar-lhe provimento. Manutenção da decisão.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos e das notas eletrônicas, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, por unanimidade, negar provimento ao recurso para manter o arquivamento do feito. Participaram do julgamento o Senhor Presidente em exercício Leônidas Rangel Xausa e os Senhores Conselheiros Antonio Carlos Fonseca da Silva, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Silva, Paulo Dyrceu Pinheiro e Arthur Barrionuevo Filho. Ausente, justificadamente, o Presidente Gesner José de Oliveira Filho, presente a Procuradora-Geral do CADE, Marusa Vasconcelos Freire.

Brasília, 1º de outubro de 1997 (data do julgamento).

Representação nº 211/93

Relator: Conselheiro Paulo Dyrceu Pinheiro
Representante: José Vitor Ferreira
Representado: Laboratório Smithkline do Brasil
Advogado: Não consta nos autos

EMENTA: Representação. Aumento abusivo de preço de medicamentos. Aumento justificado pelo representado. Parecer técnico da SPE inexistente. Proposta de arquivamento com base em julgado anterior. Manutenção da decisão recorrida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos e das notas eletrônicas, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, por unanimidade, negar provimento ao recurso de ofício, mantendo o arquivamento da Representação. Participaram do julgamento o Senhor Presidente em exercício Leônidas Rangel Xausa e os Senhores Conselheiros Antonio Carlos Fonseca da Silva, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Silva, Paulo Dyrceu Pinheiro e Arthur Barrio-nuevo Filho. Ausente, justificadamente, o Presidente Gesner José de Oliveira Filho, presente a Procuradora-Geral do CADE, Marusa Vasconcelos Freire.

Brasília, 1º de outubro de 1997 (data do julgamento).